

UNEP/CBD/COP/9/3: Relatório da SBSTTA13
XIII/2. Revisão da implementação do
programa de trabalho sobre Biodiversidade e Florestas

PROTEGENDO AS FLORESTAS DO PLANETA – Biodiversidade & Clima

As mudanças climáticas são, sem dúvida, a pior ameaça imposta atualmente ao planeta. Cientistas renomados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) alertam que se a média da temperatura global subir acima dos 2º Celsius, mais de 30% das espécies de plantas e animais correrão riscos de extinção cada vez maiores, e aproximadamente 15% dos ecossistemas devem ser seriamente afetados¹. Uma série de relatórios divulgados pelo IPCC ao longo de 2007 reconhece que sérios impactos negativos já estão sendo impostos pelas mudanças climáticas.

Manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C (comparado aos níveis pré-industriais) significa que as emissões globais de gases do efeito estufa provocadas por atividades humanas devem atingir seu pico até 2015 para, então, serem reduzidas drasticamente.

As florestas – particularmente as florestas tropicais – são fundamentais para o equilíbrio climático do planeta pelo carbono que estocam, absorvem e reciclam. No entanto, a exploração industrial de madeira e o desmatamento provocado pela expansão da agricultura e da pecuária estão destruindo rapidamente estes ecossistemas naturais. O crescimento veloz destas atividades representa um risco importante para o clima e para a biodiversidade global.

O desmatamento contribui com o aquecimento global através da emissão significativa de gases do efeito estufa. O desmatamento, principalmente nas florestas tropicais, é responsável por cerca de 1/5 das emissões globais – mais do que o emitido por todo o setor de transportes do mundo. Além disso, em vez de estocarem carbono, as florestas podem se transformar em fonte de emissões por causa dos impactos das mudanças climáticas – que, por sua vez, também são provocadas, em parte, pela destruição das florestas.

Floresta não é só carbono

As florestas são fundamentais para a própria vida. Elas mantêm o equilíbrio climático, regulam o fluxo de água e mantêm saudáveis os ecossistemas dos quais a humanidade depende. Orangotangos, elefantes, tigres e onças – todos estes animais vivem nas florestas tropicais, que abrigam quase a metade de todas as espécies terrestres conhecidas na Terra. A proteção da biodiversidade deveria priorizar a proteção das florestas intactas e outros ecossistemas naturais, como as florestas de turfa na Indonésia, que estocam quantidades significativas de carbono e são fundamentais para a proteção da biodiversidade.

Mais de 150 milhões de indígenas vivem nas florestas em todo o mundo. Verdadeiros guardiões desses ecossistemas, frequentemente são vítimas de abusos aos direitos humanos por invasores de terra. Aos povos indígenas devem ter assegurados seus direitos e seu futuro.

A 9ª Conferência das Partes (COP9) na encruzilhada

A revisão profunda deste programa de trabalho na 9ª Conferência das Partes (COP) é uma oportunidade única para as florestas em todo o mundo. **O Greenpeace demanda dos governos que fortaleçam a implementação do programa ampliado** de trabalho sobre a biodiversidade das florestas, em particular em função das metas estabelecidas para conter a perda de biodiversidade até 2010 e a necessidade de reduzir as emissões de carbono

¹ IPCC (2007) AR4 WGII: Cap 4, Ecossistemas

provenientes de desmatamento. O presente documento *UNEP/CBD/COP/9/3: Relatório da SBSTTA13 XIII/2* carece de recomendações firmes para a tomada de decisão. O documento *recomenda* ou *convida* as Partes a agir. No entanto, para fortalecer sua implementação, a COP9 deve fazer a diferença e *decidir* ou *demandar* ação das Partes nesta conferência.

O Greenpeace demanda o estabelecimento de novas Unidades de Conservação de florestas e um mecanismo de financiamento inovador e sustentado, com foco em áreas de alto valor para a diversidade biológica, com especial atenção para grandes áreas intactas de floresta, juntamente com ações urgentes para evitar as queimadas induzidas, especialmente àquelas causadas pelo setor agrícola, através do fortalecimento das estruturas de governança.

O Greenpeace considera o estabelecimento de áreas de proteção integral, nas quais todas as atividades industriais e destrutivas são excluídas, uma ferramenta fundamental para a proteção da biodiversidade e a redução das emissões por desmatamento. As emissões provenientes da fragmentação de florestas, como, por exemplo, a construção de estradas, são significativas por si só, além de adicionarem às emissões resultantes da conversão de floresta para agricultura e outras atividades. Por exemplo, o Greenpeace estima que, no caso de uma única concessão de exploração de madeira na Bacia do Congo, mais de 5 milhões de toneladas de CO₂ poderiam ser liberadas como resultado dos projetos de infra-estrutura e da extração de madeira². O Greenpeace apóia operações madeireiras já existentes, desde que realizadas com responsabilidade ambiental e social. No entanto, nós nos opomos à expansão da exploração de madeira que resulte em maior emissão e, portanto, à extensão de financiamento para tais atividades através do mercado de carbono.

Os governos também devem acordar definições internacionais para os seguintes termos: plantações, degradação de florestas, florestas semi-naturais e grandes áreas intactas de florestas (florestas primárias), entre outros. Para evitar brechas na implementação, estas definições devem ser aplicadas globalmente, além de serem específicas e comparáveis. No entanto, dado o reconhecimento das diferenças ecológicas entre biomas/ ecossistemas (por exemplo, entre as florestas tropicais e as florestas boreais do Norte), a elaboração de definições mais específicas de bioma pode ser necessária.

A biodiversidade da floresta e a crise climática são de tal magnitude que os países não podem esperar até 2013 para adotar medidas concretas para conter o desmatamento. A comunidade internacional em particular deve capacitar e dar apoio institucional, técnico e financeiro imediato para os países em desenvolvimento reduzirem a destruição de suas áreas de florestas.

Combatendo as Forças do Desmatamento

Medidas devem ser adotadas para combater atividades e práticas que resultam em desmatamento: consumo insustentável e comércio de commodities (madeira, soja, dendê, gado, etc), conversão de floresta para agricultura e plantações, exploração ilegal e predatória de madeira, falta de governança e do cumprimento da lei em países com áreas de florestas, corrupção, expansão da mineração e outras indústrias associadas, e desenvolvimento de infra-estrutura.

Neste contexto, o Greenpeace demanda que governos acordem padrões de sustentabilidade para a exploração de madeira e mecanismos de rastreamento e licenciamento para combater a retirada ilegal e promover o uso responsável dos recursos florestais. Além disso, governos devem iniciar um processo para acordar princípios comuns e critérios de boa governança florestal, a partir do progresso já alcançado em vários processos regionais do FLEG/T (Cumprimento da Lei Florestal, Governança/ e Comércio) e do Tratado Amazônico. O resultado deste último deve contribuir de forma positiva para as negociações em curso dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) para

² Greenpeace (2007) Carving up the Congo.

www.greenpeace.org/international/campaigns/forests/africa/congo-report

estabelecer um esquema permanente de financiamento para a redução de emissões resultantes de desmatamento e degradação de florestas em países em desenvolvimento (REDD), reconhecendo que a governança florestal e o combate efetivo da exploração madeireira serão dois parâmetros importantes para estas negociações.

Direitos e Modo de vida tradicional dos Povos Indígenas

Todos os aspectos de implementação devem considerar os direitos, necessidades sociais e o modo de vida dos povos indígenas, evitando conflitos de terra em particular, mas também o maior controle das florestas por parte dos estados, modelos incompatíveis de conservação de floresta e violação dos direitos customários sobre a terra. Direitos humanos, consentimento prévio e informado (PIC, em inglês), repartição equitativa dos benefícios, respeito pelo conhecimento tradicional e garantia dos direitos fundiários devem ser componentes centrais de todas as políticas e discussões. A cobertura de recursos, em particular, deve ser realizada – dentro de qualquer mecanismo ou fundo – com o reconhecimento dos direitos fundiários, do uso de recursos e de propriedade dos povos indígenas e daqueles diretamente envolvidos, como comunidades e sociedade civil, em processos nacionais e internacionais para discutir políticas, mecanismos e abordagens visando reduzir as emissões por desmatamento.

Restam apenas dois anos para implementar uma rede global de áreas protegidas de florestas e para reduzir e zerar a perda de biodiversidade até 2010. Compromissos claros e corajosos devem ser feitos na 9ª Conferência das Partes (COP) da CDB.

Demandas do Greenpeace para a 9ª Conferência da CDB:

- Dar princípio a uma **iniciativa liderada pelos Chefes de Estados para aumentar o financiamento público global** na ordem estimada de **30 bilhões de euros por ano** visando a conservação significativa da biodiversidade, através de uma rede de áreas protegidas terrestres e marinhas³, incluindo áreas de uso sustentável e comunitário, **envolvendo todos os países desenvolvidos** a partir de 1º de janeiro de 2009 – sendo que a **Alemanha**, como país-sede da COP9, deve dar o primeiro passo através da doação de **2 bilhões de euros por ano**;
- Decidir que a proteção da biodiversidade deve ser totalmente integrada aos futuros acordos sobre mudanças climáticas, incluindo acordos para a redução de emissões de desmatamento e degradação florestal (REDD);
- Desenvolver um mecanismo global para acabar com a exploração ilegal de madeira até 2012;
- Acabar com os subsídios perversos e com as metas obrigatórias para agrocombustíveis, além de desenvolver critérios ecológicos e sociais de sustentabilidade para a produção de biomassa;
- Aplicar o princípio da precaução adotando uma moratória para evitar a liberação das árvores transgênicas;
- Integrar a Resolução das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em todas as decisões relevantes, e consultar e cooperar de boa-fé com representantes indígenas e de comunidades locais em todo o processo de planejamento e tomada de decisão relevante à proteção da biodiversidade florestal.

O Greenpeace parabeniza os resultados da revisão aprofundada do programa de trabalho sobre a biodiversidade florestal e o relatório do Grupo Técnico Ad Hoc de Especialistas para a

³

Balmford, A. et al. (2002) Razões econômicas para conservar a vida selvagem. *Science* 297: 950 – 953.

Revisão da Implementação do Programa de Trabalho sobre Biodiversidade Florestal, em preparação para a revisão, e convida as Partes para **fazer melhor uso de suas descobertas** no(a):

Financiamento de Áreas Protegidas de Florestas

- Estabelecer financiamento sustentado para áreas protegidas de florestas e adotar mecanismos financeiros inovadores para o manejo efetivo dessas áreas, além de estabelecer novas Unidades de Conservação com foco em áreas de particular importância para a biodiversidade florestal, especialmente grandes áreas intactas;
- A proposta do Greenpeace **Florestas pelo Clima** (www.greenpeace.org/forestsforclimate, em inglês) deverá disponibilizar recursos para o maior número de países com florestas tropicais. A proposta **Florestas pelo Clima foi desenhada para se tornar parte crucial** da segunda fase dos acordos do Protocolo de Kyoto sobre mudanças climáticas, a partir de 2013. Como a crise climática demanda ação urgente, países que se comprometerem com a proposta devem disponibilizar recursos para a proteção das florestas a partir de 2009.
- Países industrializados poderão reduzir uma parte do total de suas metas de redução de emissões de carbono através da compra de “unidades de redução de desmatamento tropical” (TDRUs). Este “compromisso pela redução do desmatamento” seria adicional a profundos cortes em suas emissões domésticas industriais e de energia. Um compromisso mínimo obrigatório poderia garantir fluxo estável e significativo de recursos. Os bilhões arrecadados poderiam, então, ser usados para ajudar países em desenvolvimento a proteger suas florestas tropicais.
- A proposta **Florestas pelo Clima** reconhece que os mercados de carbono são ferramentas importantes para a proteção do clima. Unidades de redução de desmatamento tropical mais baratas não poderão ser trocadas diretamente no mercado, para evitar o risco de desvalorizar o preço do carbono e reduzir os incentivos de investimento em tecnologias limpas e renováveis.

Mudanças Climáticas e Florestas

- Proteger as florestas e minimizar o desmatamento e a degradação florestal, aplicando os princípios de manejo florestal ecológica e socialmente responsáveis e a abordagem de ecossistemas, incluindo o baixo impacto da exploração de madeira e a recuperação de florestas naturais e paisagens como maior contribuição para reduzir a perda de biodiversidade e as emissões de gases que provocam o efeito estufa;
- Buscar compromisso do setor privado mais relevante para a conservação da floresta e o fim do desmatamento para zerar a conversão e envolvê-lo em um processo nacional ou regional (sub-nacional) para o Programa de Trabalho;
- Mitigar queimadas induzidas pelo homem, incontroláveis/ indesejáveis, especialmente aquelas causadas pela agricultura, e fortalecer estruturas de governança;
- Integrar melhor os aspectos da biodiversidade florestal e impactos das mudanças climáticas com atividades reativas em estratégias e planos de ação nacionais sobre biodiversidade (NBSAPs, em inglês) e em programas nacionais de florestas e outras estratégias relacionadas, assim como apoiar a pesquisa para melhor entender os impactos das mudanças climáticas na biodiversidade florestal;

Uso Ecológico e Socialmente Responsável dos Recursos Florestais, Exploração e Comércio de Madeira Ilegal

- Acordar princípios e critérios comuns para a boa governança florestal, fortalecendo o progresso já alcançado em vários processos regionais do FLEG/T (Cumprimento da Legislação Florestal e Governança/ e Comércio) e do Tratado Amazônico;
- Concordar com um mecanismo global para ordenar a retirada e o comércio de madeira com o objetivo de combater a exploração ilegal e promover o uso ecológico e socialmente responsável dos recursos florestais;
- Solicitar que as Partes adotem uma legislação nacional que impeça a venda de madeira e de produtos madeireiros provenientes de fontes ilegais e destrutivas, incorporando mecanismos de sanção, além de fazer uso das opções adicionais do FLEGT para proibir a exploração e comércio de madeira ilegal;
- Reconhecer e fortalecer o papel positivo de esquemas de certificação e políticas de compras públicas, que promovem o uso de madeira e/ou produtos florestais provenientes de manejo florestal legal, ecologicamente responsável e socialmente justo, além de desenvolver, adotar e promover tais medidas;

Biocombustíveis e Conversão

- Acabar com os subsídios perversos e metas mandatórias para agrocombustíveis e desenvolver critérios de sustentabilidade ecológica e social para a produção de biomassa;
- Adotar diretrizes ou padrões para a produção de bioenergia, que leve em consideração os impactos negativos, diretos e indiretos, da produção e consumo de bioenergia – em particular os agrocombustíveis – e outras causas que resultem em conversão de terras e degradação de ecossistemas florestais; e

Árvores Transgênicas

- Reconhecendo que o uso de qualquer Tecnologia Genética de Uso Restrito (GURTS, em inglês) não vai remover a ameaça que as árvores modificadas geneticamente representam para a biodiversidade florestal, pedir que as Partes apliquem o princípio da precaução e adotem uma moratória na liberação de árvores transgênicas, incluindo os experimentos de campo.